

I - DADOS HISTÓRICOSCEDI - P. I. B.
DATA 18, 09, 87
CO. MUD. 37

O historiador Aires de Casal denominou Mundurucânia a região entre o sul do rio Amazonas até o Juruena, entre os rios Madeira e Tapajós, devido a serem os Mundurucu a principal tribo da região no início do século XIX.

Os Mundurucu são definidos por Alfredo M. Pinto como índios que "habitam o valle do Amazonas e que se distinguem pelo seu caracter nobre, moralidade e amor ao trabalho." (1)

As primeiras notícias sobre os índios deste grupo datam de, aproximadamente, 1770, quando entraram em contato com os colonizadores.

De acordo com o presidente da Província do Pará, Araújo Brusque (1862), "... são excessivamente desconfiados; mas simples e sinceros no seu trato com as tribos vizinhas, e principalmente para com os homens civilizados que os procuram (...) A caça e a pesca são sua indústria favorita (...) Cultivam guaraná, tabaco e mandioca (...) Os Mundurucus são inclinados ao comercio."

O primeiro documento que se refere aos Mundurucu foi escrito por Jose Monteiro de Noronha, Vigário Geral do Rio Negro, em 1768, onde relatava que o rio Mauê, indo pelo furo Uerariã (hoje Paranã-mirim de Canumã), era habitado por numerosas tribos, entre eles os índios "Maturucu". (3)

Nessa época, eles praticaram um série de ataques ao longo do baixo Tapajós.

"A nação guerreira dos mundurucús, que, nos anos de 1770 e seguintes, deram devastadores assaltos às colonias portuguesas do Tapajoz, já desde 20 anos, graças ao trato benévolo, e nos presentes, mantinha relações de amizade com lusitanos e até, um pacto de paz, se haviam comprometido a pôr as suas armas às ordens dos mesmos contra os muras, que, navegando em pequenos bandos, se tornavam perigosos, como ladrões e salteadores, para a navegação do rio para as colônias. Esta campanha dos mundurucús, auxiliada pelo portugueses, prosseguiu durante anos, com crueldade sem exemplo, resultando daí o enfraquecimento dos muras, dos quais uma parte se dirigiu para o sul, para as cataratas do rio Madeira, enquanto outra parte pernamecia, em pequenas hordas, no rio principal, onde se mostravam mais aborrecidos do que perigosos, praticando todavia pequenos roubos. A preponderância que os mundurucús grangearam com isso é de tão grande monta, que os muras, seus inimigos mortais, em toda parte saem do seu caminho..." (4)

Em 1784, os Mundurucú voltaram a atacar a periferia de

39
AceSA
ISA
Santarém e Gurupá, às margens do Amazonas. Nessa época, os Mura, censados das perseguições dos Mundurucú, fizeram a paz com os colonizadores. (1784-1786)

Em 1794, os Mundurucu do Madeira estabeleceram contatos amistosos com os brancos da capitania do Rio Negro. Segundo uma notícia do Dr. Silva Coutinho publicada no jornal O Vulgarizador, "mais do que o governo, em todos os tempos, tem os Mundurucús corrido para o desenvolvimento do commercio, navegação e aproveitamento das riquezas naturaes desta parte do Imperio; Oppondo-se energicamente ao ingresso dos primeiros povoadores, depois que estes abusaram de sua boa fé, os Mundurucús aceitaram a paz que lhes foi proposta pelo presidente do Pará, e depois desse acto constituiu-se os defensores do commercio, abrindo guerra a todas as tribus bravias e de má índole que infestavam o Tapajoz, Madeira, seus afls, e mais rios que entram no Amazonas..." (5)

A ocupação do vale do Madeira e de seus afluentes durante o século XVIII chocou-se com a resistência de grupos indígenas numerosos e aguerridos como os Mauês e os Muras. Quando da expedição no Amazonas, Brown e Lidstone ouviram falar sobre as incursões dos Índios Mundurucú pelo rios Madeira e Purus e outros. Entre os meses de junho e julho, estes Índios "marchavam em bandos através desses rios, guerreando com outras tribos inimigas..." (6)

Em 1804, um "posto alfandegário" (custom post) se estabeleceu em Tupinambarama (também chamada Vila Nova da Rainha e, mais tarde, Parintins) para controlar a atividade comercial da região e coletar a taxa de comércio paga por todos os barqueiros comerciais. (7)

Apesar dos esforços para dinamizar a vida econômica da região, as missões da Mundurucânia viveram em completa miséria durante as primeiras décadas do século XIX.

Em 1818, uma nova vila Mundurucú foi instalada pelo Missionário Antonio de Brito às margens do Amazonas, próximo à montante dos Parintins. A vila chamava-se Juriti.

"O lago de Jurity foi povoado outr'ora pelos indios das tribus Mauês e Mundurucús, e chegou a possuir uma população superior a 1.200 almas. Para missionar os indios alli estabelecidos, foi mandado o padre Antonio Manoel Sanches de Brito; o qual fez de tal sorte prosperar a missão, que em 1820 foi elevada a freguesia.

Houve alli um bom estabelecimento de moer canna, pertencente a João Pedro da Silva, uma importante fazenda, de propriedade do Capitão Romualdo de Souza Paes, e mais uma engenhoca e olaria pertencentes ao padre Sanches de Brito. A mão da revolução, porém, passou por alli, tudo isto desapareceu com a cabanagem, e



hoje mal se podem distinguir os vestígios de taes estabelecimen-
tos, que foram completamente abandonados." (8)

Em 1833, a população dessa vila era de 385 índios Mauês e Mundurucû.

O relatório de presidente de Província do Amazonas de 1852 (9) dá ainda notícias de ataques e correrias de bandos indígenas. O próprio presidente estimula a criação de grupos armados de particulares para ação contra os índios.

Ainda em 1852 são divulgados os seguintes dados sobre a população da Província do Amazonas: 22.762 habitantes, entre homens livres, escravos e estrangeiros, entretanto é o próprio Tenreiro Aranha que considera as estatísticas incompletas, uma vez que não foram recenseados os índios, como os Mauê, Mundurucu e Mura, com o que a população ultrapassaria 100.000 habitantes.

A cidade de Mauês foi instalada por José Rodrigues Preto da Cruz e, na época, continha 243 famílias Mundurucû e Mauê. Joaquim Corte Real formou Canumã com índios Mundurucû no local onde era antes a aldeia dos Abacaxis, fundada pelos jesuítas em 1696. estas foram as primeiras cidades habitadas por índios Mundurucû pacíficos e sob o sistema de Diretório em que cada diretor ficava com 1/6 do que era produzido ou coletado pelos índios (Ver Anexos 1 e 2).

Segundo Alfredo Moreira Pinto, a paróquia de Canumã situa-se no "Estado do Amazonas, no município de Borba, na margem direita do rio do seu nome, cerca de 20 kils. acima de sua foz; aos 3°55'35" de Lat S. e 59°8'528" de Long O. de Greenwich(...) Foi fundada em 1802 por Joaquim da Costa Corte Real e missionada pelos carmelitas em 1804. É páchia antiga, tendo sido confirmada pelo carmelitas nessa categoria pela Lei Prov. n. 92 de 6 de novembro de 1858. Foi desmembrada do termos de Mauês e incorporada ao da capital pela Lei Prov. n. 71 de 4 de setembro de 1856; anexada ao mun. de Borba pelo art. II da de n. 73 de 10 de dezembro de 1857 e art. II da de n. 362 de 4 de julho de 1877. Sua população é calculada em 1.550 habitantes provindos, na maior parte, de Mundurucûs. Seu território produz algodão, legumes e cravo (...) Logo depois que não Mundurucû se consagrou conosco, por idéas subteis do Sr. Governador Gama, como adiante exporei. Foi pessoalmente aos lares dos ditos gentios e com dadas alliciou, seus animos, que os trouxe a formar a missão Canumã composta de 1.800 almas, a que se tem ajuntado não pequeno numero de famílias brancas" (10)

Em 1877, os Mundurucû eram estimados numa total de 40.000 (Martius), entretanto, de acordo com as aldeias conhecidas, sua população chegava a 10.000 (Strömer). (11)

no primeiro século de contato com a sociedade nacional, um grande número de Mundurucú continuava a abandonar seus locais de origem e a se estabelecer próximo aos centros brancos, qual sejam as missões ou as pequenas cidades das margens dos rios. Cada vez mais a dependência econômica com o branco se acentuava.

O segundo século desse contato (1870-1970) caracterizou-se por uma maior participação desses índios na economia do Amazonas e uma integração progressiva dos Mundurucú à sociedade envolvente.

Os Mundurucú do Madeira se espalharam pelos rios Abacaxis, Canumã e Maué-assu e seus tributários. Esta migração do Tapajós para a região do Madeira se deu na segunda metade do século XVIII, entre 1750 e 1768, uma vez que a região tradicional dos Mundurucú é o Tapajós. A migração deste grupo indígena coincidiu com a expansão da extração da borracha que envolveu toda a área do Amazonas. O engajamento dos índios à atividade extrativa da borracha tinha como objetivo a aquisição de bens manufaturados, determinando a sua maior inserção na economia regional como força de trabalho segundo a sua dependência desse tipo de mercadorias (bens manufaturados).

A mudança dos Mundurucú para o Madeira ocorreu, ao que parece, anterior ao seu contato mais estreito com os brancos, pois a forma de habitação desta região do Madeira não sofreu nenhuma alteração visível da forma tradicional do Tapajós.

"A literatura etnológica moderna tem incluído as regiões do baixo Tapajós e dos rios Maués-Assu, Abacaxi e Canomã, como parte do território aborígine dos Mundurucú. É crença dos autores, todavia, que essa região foi penetrada pelos Mundurucú somente depois que a tribo começou suas incursões contra os agrupamentos de outros índios e portugueses, daquela área. Em aditamento aos fatos mencionados anteriormente, outra informação parece corroborar essa conclusão. Primeiro, não há alusão aos Mundurucú pelos crônistas jesuítas, como informa Betendorf (1910). Segundo, todos os observadores de primeira mão dos Mundurucú da região do Madeira dizem que eles mantinham intensas relações comerciais com as missões e com os negociantes portugueses. Terceiro, salvo as embarcações provisionais, utilizadas durante a guerra, os aborígenes Mundurucú não recorriam ao transporte por água. Isso representa uma adaptação ao território alto, aberto, a leste do Tapajós, de preferência às terras baixas do setor entre o Tapajós e o Madeira. Quarto, o movimento de gente do alto Tapajós para as proximidades dos comerciantes do rio Madeira, continuou através do século. Chandless, em 1870, menciona a chegada recente de 'campineiros' tatuados (nome ainda aplicado aos Mundurucú habitantes das savas), nas terras altas do rio Maués-Assu." (12)

PROC. N.º 2900/80
 FLS. 47
 RUBRICA MM

PROC. N.º 1348/P1
 FLS. 5 -
 RUBRICA

Assim, com relação aos graus de aculturação com a sociedade nacional experimentados pelos Mundurucú nas fases de contato, eles podem ser separados em três grupos principais: aqueles que habitavam o Madeira e o baixo Tapajós, os que viviam às margens do alto Tapajós e aqueles que permaneceram nas campinas do alto Tapajós. O primeiros destes grupos é considerado semicivilizado. (13)

Portanto, como podemos notar, a assimilação e consequente perda da cultura dos Mundurucú entre os Tapajós e o Madeira foram processos rápidos.

II - DADOS RECENTES

As questões de terra da região ocupada pelos Mundurucú no rio Madeira sempre envolveram grandes interesses por parte de elementos da sociedade nacional. Os aldeamentos chamados São José do Cipó, Chiadã, Anadia, Cunhã, Coatã envolveram sempre a Inspetoria no Amazonas e Acre em contendas com os invasores das terras indígenas. (Ver Anexos 3 e 4)

"À margem do igarapé Coatã, afluyente do baixo Rio Canumã, o negociante portuguez Luiz Bento havia-se estabelecido com uma população deposito de mercadorias, visando não só explorar o commercio a retalho como apossar-se do castanhal que vinha sendo usufruído pelos indios Mundurucús, habitantes da aldeia Coatã, na referida zona." (14)

Ainda segundo notícias de relatórios dessa Inspetoria Regional, vemos que a questão da terra sempre foi um ponto de conflito entre índios e brancos. (Ver Anexo 5)

"Havendo tido conhecimento, por informação oficial, do delegado desta Inspetoria no Paranã do Urariã, município de Borba, do esbulho que o individuo Romualdo Freire pretendia levar a cabo contra os indios Mundurucu, para se apossar do lote de terras denominado Ponta da Terra, em São José, por eles ocupadas, solicitei ao Chefe de Policia do Estado as necessãrias providências no sentido de sustar medidas relativas àquela terra." (15) O Sr. Romualdo não possuía título algum que o autorizasse a ocupar as terras. Entretanto, as autoridades não tomaram nenhuma providência.

"Ainda na defesa dos direitos dos Mundurucús, ao ter ciência de que o indivíduo José Bento de Araújo o requerera por compra ao Estado, com os nomes de Atalaia e Anadia, 2 lotes de terras encravados na situação territorial denominada Cunhã, da qual os selvicolas estão de posse, sem interrupção, ha mais de trinta anos, enviêi ao Sr Interventor Federal neste Estado protesto contra a absurda pretensão. (16)

De acordo com dados de 1928 (17), o Posto Laranjal, localizado à margem do rio Mari-mari, afluyente esquerdo do rio Abacaxis, município de Borba, mede 8.000 metros de frente por 5.000 de fundos. Seus limites consistem pela frente com o rio Mari-mari, a montante com o Igarapé do Curral, pelos fundos com o Laguiinho de Canumã. O Posto possui dois barracões, num dos quais os índios costumam efetuar suas danças clássicas. Há duas roças de uso comum dos índios, chamadas "da nação", e mais 24 roças de

propriedade particular.

O aldeamento de Laguinho, que fica nas proximidades, é constituído por cinco barracas onde moram 34 índios Mundurucú.

Os índios Mundurucú assistidos pelo Posto estão distribuídos da seguinte maneira: Laranjal - 174, Paca - 70, Cipó - 50, Paranã do Urariã - 28, Tenaquera - 6, Castanhalzinho - 6, Piratinga - 6.

Atos de proteção aos índios tomados pela Inspetoria do Amazonas e Acre em 1930:

- designação junto ao governo do Estado do agrônomo Admar de Andrade Turí para proceder à medição e demarcação "dos tratos de terras conhecidos por Aldeamento São José do Cipó, à margem esquerda do mesmo rio; e Chiadã, à margem direita do rio Canumã, todos no município de Borba, dos quais se acham de posse, ha longos anos, os índios Mundurucús..." (18)
- protesto perante o governo do Estado contra requerimento de compra de lote de terras Santo Antonio, município de Borba, situado no igarapé do Caiaué, à foz deste e à margem direita do Paranã do Urariã, "do qual os índios Mundurucús têm, desde tempos imemoriais, por sucessão legítima, de pais a filhos." (19)
- solicitação para sustar qualquer medida relativa às terras Ponta de Terra ou São José, localizadas à margem direita do Paranã Urariã, município de Borba, ocupadas por índios Mundurucú e pretendidas por Romualdo Freire.

De acordo com dados da FUNAI de 1979 (20), os índios Mundurucú da região do Madeira estão localizados em dois postos indígenas: P.I. Coatã e P.I. Laranjal. O primeiro está situado à margem esquerda do rio Canumã, afluente do Paranã Urariã. Sua população é de 629 pessoas que se distribuem pelas aldeias Coatã (sede), Parauã, Onca Aru, Inajã, Niterói. O P.I. Laranjal está instalado à margem esquerda do rio Mari-mari, afluente do rio Abacaxis. Suas aldeias são Laranjal (sede) e Mucajã, onde se encontram 542 índios Mundurucú.

Ainda segundo fontes do órgão tutelar (21), os dois postos indígenas perfazem, juntamente, uma área de 658.300 ha e um perímetro de 351,66 km.